

Onda de moratórias assusta o FMI

Reunião anual começa com diretor do Fundo buscando recursos extras

ARNOLFO CARVALHO
Enviado Especial

New York — Com um encontro dos assessores de ministros do grupo dos 24 países em desenvolvimento, começa hoje em Washington a preliminar de mais uma reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, destinada novamente a tentar salvar a ordem econômica ocidental da falência que os devedores empobrecidos ameaçam decretar, sob o peso de uma dívida externa de quase um trilhão de dólares.

Duas questões estarão concentrando a atenção a partir do próximo fim de semana, quando as preliminares tendem a esquentar com a presença de ministros da Faenda de 150 nações, até o dia primeiro de outubro, após a tradicional fala do presidente Ronald Reagan em defesa da livre iniciativa: a primeira é a crescente possibilidade de outros países seguirem o exemplo brasileiro da moratória; a segunda é o pedido de mais verba ao FMI/Bird.

O primeiro — e, para os bancos credores, mais preocupante — candidato a seguir o Brasil na suspensão do pagamento dos juros externos é a Argentina, cujo ministro das Finanças, Juan Sourrouille, confirmado no cargo após a derrota do governo Alfonsín nas eleições deste mês, vai almoçar hoje com o ministro Bresser Pereira, num restaurante chique de Manhattan, em companhia de seu colega do México e, talvez, das Filipinas.

Além do Brasil, outros oito países, do grupo dos subdesenvolvidos — já suspenderam os pagamentos —

inclusive ao FMI, o que os torna inelegíveis a novos créditos oficiais ou privados. A insatisfação do México com o acordo assinado há um ano com o FMI e os bancos credores pode se juntar a dificuldades na balança comercial para empurrar o governo De La Madrid ao mesmo caminho, que vem sendo considerado também pelas Filipinas.

A derrota nas urnas da política econômica da Argentina, com a persistência da inflação após sucessivos "choques heterodoxos", foi o sinal que mais alarmou os banqueiros credores. Antes da confirmação de Sourrouille no ministério de Raul Alfonsín, o rompimento do acordo com o FMI era tido como um passo iminente ao qual se seguiria a moratória à brasileira preconizada pelo oposicionista Partido Peronista.

O FMI não revela o nome de todos os devedores em atraso, mas sabe-se que além do Brasil e do Peru também deixaram de efetuar pagamentos os governos de países mais pobres, como Guiana, Sudão, Libéria e Vietnã, totalizando US\$ 1,5 bilhão devidos e não pagos àquele organismo encarregado exatamente de zelar pelos balanços dos bancos internacionais. Com nove meses no cargo, o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, está atrás de verba.

Na 42ª Reunião Anual do FMI/Banco Mundial, na próxima semana, ele tentará mais uma vez obter US\$ 6 bilhões de recursos adicionais para o fundo criado em 1978 com a venda de US\$ 3 bilhões da reserva de ouro do organismo. Este dinheiro foi utilizado dentro do pomposo nome de "faci-

lidades de ajuste estrutural" para socorrer a Bolívia, Bangladesh, República Dominicana, Gâmbia, República Centro-Africana, Guiné, Mauritânia, Haiti, Moçambique, Zaire, Uganda, Nigéria, Serra Leoa e Somália.

Os US\$ 6 bilhões adicionais viriam dos países industrializados, naturalmente, mas até agora somente o Japão e a Alemanha Ocidental concordaram em entrar com suas partes. Sem o ok do governo americano, o francês Camdessus continuará esperando sentado pelo dinheiro.

O amigo de Reagan que dirige o Banco Mundial desde o ano passado, Barber Conable, também está pedindo a bagatela de US\$ 10 bilhões em dinheiro e aval do Tesouro americano para aumentar seus empréstimos, inclusive ao seu principal cliente, o governo brasileiro. Contra a aprovação do pedido pesa, principalmente, a acusação de que o Banco Mundial teoriza a respeito das virtudes da economia privada, mas na prática só dá dinheiro para governos estatizantes.

Em último lugar, mas com o papel mais importante, estão os bancos privados, que só comparecem indiretamente à reunião anual em Washington mas sobre quem pesa, efetivamente, a ameaça da bancarrota diante da crescente incapacidade pagadora de seus antigos clientes. A gravidade da crise nas finanças ocidentais, sem que os tradicionais guardiões da ordem econômica possam fazer alguma coisa, leva o governo brasileiro a esperar pelo menos um início de acordo com os bancos privados.